



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150568 - MG (2021/0225581-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : PEDRO HENRIQUE FRANCO
ADVOGADO : ADIR CLÁUDIO CAMPOS - MG069425B
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PEDRO HENRIQUE FRANCO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O recorrente foi preso em flagrante, no dia 30/11/2020, e posteriormente denunciado como incurso no art. 188, inciso I, do Código Penal Militar.

Irresignada com a decisão do Juízo de origem que, em 4/5/2021, recebeu a inicial acusatória, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal local, requestando pela soltura do recorrente, tendo sido denegada a ordem.

Sustenta o recorrente a inépcia da denúncia.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja determinado o trancamento da ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido confunde-se com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente